

O PROCESSO DA REFERENCIAÇÃO NA ATIVIDADE DISCURSIVA

Maria Anunciada Nery RODRIGUES*

Resumo: *A questão central deste trabalho é discutir o processo da referenciação, enquanto estratégia cognitivo-interacional, partindo do pressuposto de que a referenciação constitui uma atividade discursiva. Procurou-se desenvolver aqui alguns elementos teóricos baseados no princípio de que todas as nossas atividades lingüísticas, ou não, são sempre situadas, seja do ponto de vista social, cognitivo ou histórico.*

Palavras-chave: *referenciação; cognição; interação.*

1. Introdução

Dentro do quadro teórico da vertente sociocognitivo-interacionista da linguagem, o propósito básico deste trabalho é discutir o fenômeno da referenciação, vista não como simples 'etiquetagem' de entidades do mundo extra-mental, mas como atividade de construção e reconstrução de objetos-de-discurso. Visto que a referência não é mais, de modo geral, considerada um problema estritamente lingüístico, mas um fenômeno que se relaciona simultaneamente à cognição e aos usos da linguagem em contexto e em sociedade, é no interior deste quadro que vamos refletir sobre a atividade de referenciação examinando os processos cognitivo-interacionais. Dado isso, adotamos como pressuposto teórico o da referenciação como atividade discursiva postulada por autores como Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), Mondada & Dubois (1995), como também por Koch & Marcuschi (1998).

A partir de uma abordagem de base sociocognitiva tem se tornado possível, nos últimos tempos, dar uma resposta à pergunta sobre o papel do uso social da linguagem na construção do conhecimento. Como afirma Marcuschi:

Hoje entra com alguma força na cena teórica nas investigações sobre cognição a idéia de situar o foco mais nas **atividades de construção** do conhecimento e menos nas **atividades de processamento**, tal como se fez nas décadas de 70 e 80. (...) A explicação caminha na direção das atividades lingüísticas situadas e não das estruturas da língua descarnadas de seus usuários. Esse é o caminho que vai do código para a cognição e, neste percurso, tudo indica que o conhecimento seja um

* Professora da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins-TO- EAFA-TO e aluna do mestrado em Lingüística da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. e-mail: anrpaula@yahoo.com.br

produto das interações sociais e não de uma mente isolada e individual. A cognição passa a ser vista como uma construção social e não individual, de modo que para uma boa teoria de cognição precisamos, além de uma teoria lingüística, também de uma teoria social (2003a, p. 01).

Esta consideração corrobora os trabalhos de autores cujo objeto de estudo são as práticas referenciais manifestadas na interação social. O processo da referenciação nessa perspectiva deve ser entendido como algo que diga respeito a uma só vez à cognição e aos usos da linguagem.

2. Pressupostos teóricos

Desde o final da década de 1980, têm surgido espaços para o desenvolvimento de pesquisas que levam à compreensão dos fenômenos cognitivos, em geral, e da linguagem, em particular, como fenômenos que acontecem na vida social.

Reflexões teóricas atuais sobre a relação entre linguagem e cognição, especialmente as que levam em conta os processos interacionais na atividade lingüística, permitem afirmar que um estudo sobre as línguas e o funcionamento da linguagem não pode ser levado à frente sem base nas reflexões cognitivas, que têm como objeto de estudo a cognição humana. E que, por outro lado, um estudo sobre o processo cognitivo requer uma reflexão sobre a linguagem e o lingüístico. Assim, estreitam-se os laços entre as Ciências Cognitivas e a Lingüística para explicar a produção do sentido e a sua representação, dando respostas, ainda que imprecisas e incompletas, às questões sobre conhecimento e linguagem. Nesse sentido, Marcuschi (2003 b, p. 15) defende que:

(...) a Lingüística do século XXI deverá dar mais atenção aos processos cognitivos na perspectiva sociocognitiva, construindo no seu entorno toda a explicação tanto da gênese como do funcionamento e emprego da linguagem num procedimento não-instrumental, mas constitutivo do tipicamente humano.

Adotar tal visão significa pensar a relação linguagem e cognição conciliando o cognitivo, o lingüístico, o social e o histórico, numa perspectiva do funcionamento do sistema na sua relação com o contexto situacional, social. Como bem formulou Clark, a linguagem é um tipo de *ação conjunta*:

Em alguns lugares, o uso da língua tem sido estudado como se fosse um processo inteiramente individual, como se residisse inteiramente dentro das ciências cognitivas – psicologia cognitiva, lingüística, ciência da computação, filosofia. Em outros lugares, ela tem sido estudada como se fosse um processo inteiramente social, como se residisse inteiramente dentro das ciências sociais – psicologia social, sociologia, sociolingüística,

antropologia. Eu sugiro que ela pertence às duas áreas. Nós não podemos ter esperança de entender a língua a não ser tomando-a como um conjunto de ações conjuntas construídas a partir de ações individuais (Clark 1996, p. 4).

Então, compreender a linguagem é entender como os falantes se organizam para fazer alguma coisa juntos, utilizando ao mesmo tempo recursos internos, individuais, cognitivos e sociais.

As ações verbais são ações conjuntas, ou seja, usar a linguagem é sempre se empenhar em alguma ação na qual a linguagem é o meio e o lugar onde a ação acontece em conjunto com os outros. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente.

Inspirados nessas idéias, muitos autores interessados em investigar o processamento cognitivo vêm procurando integrar perspectivas contextuais ao tratamento da cognição humana. Nesse quadro, os estudos do texto ocupam um lugar central.

Esse interesse pelo nível textual fez com que a Lingüística Textual passasse a refletir sobre fenômenos como memória, atenção, representação mental e processamento cognitivo em geral, procurando propor ou adotar um modelo de cognição que desse conta dos fenômenos encontrados na análise do texto.

Koch e Cunha-Lima (2005) defendem que textos são fontes imprescindíveis para a circulação e construção de conhecimentos partilhados entre indivíduos, sendo uma das principais formas de cognição social e de organização do conhecimento de uma dada cultura.

Em seu livro *Desvendando os segredos do texto* (2002), Koch define o texto como “fruto de um processo extremamente complexo de interação e construção social de conhecimento e de linguagem”:

Os textos, como formas de cognição social, permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. E é em razão dessa capacidade que são também excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. Determinados aspectos de nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não apenas tornam o conhecimento visível, mas, na realidade, sociocognitivamente existente. (KOCH, 2002, p. 157)

Dessa forma, é natural que os estudos de texto tenham um papel central na encruzilhada onde se encontram preocupações com a cognição e com a vida social.

Salomão (2003), compartilhando da concepção de Koch de que o texto é uma forma de cognição, complementa que aquele pode ser entendido ainda como “formas (reificadas) de cognição social”.

Além do destaque que já vinha sendo dado à organização global dos textos, os aspectos de ordem cognitivo-discursiva como referenciação, inferenciação, formas de acesso ao conhecimento prévio, entre outras, passaram a ocupar o centro de interesse de grande parte dos estudiosos do campo.

3. Da referenciação e seus construtos

Dentro da área de estudos do texto, um dos pontos mais importantes abordados por teóricos do quadro sociocognitivista, na tentativa de compreender como o sentido pode ser construído interativamente, é a questão da construção da referência, isto é, como a linguagem pode falar do mundo. Segundo Koch e Cunha-Lima (2005), dentre os teóricos envolvidos com estudos da referenciação, estão os autores do grupo franco-suíço integrado por Apothéloz, Berredonner, Mondada e Dubois, e no Brasil, para citar alguns mais importantes, o grupo de pesquisadores formados por Marcushi, Koch e Salomão. Ao investigarem o tema referenciação, esses autores descartam a concepção tradicional segundo a qual a língua faz referência ao mundo de forma a representá-lo ou espelhá-lo dentro da linguagem.

O discurso da concepção tradicional postulava uma condição referencial da linguagem fundada numa relação direta entre as palavras e as coisas do mundo, devendo, assim, as formas lingüísticas empregadas para tal fim, ser analisadas em termos de verdade e de correspondência ou não com os objetos do mundo real. Nessa abordagem, o signo deve se referir sempre a algo que lhe é exterior: o ato mental era abstraído da relação, a fim de se conceber uma transparência entre as palavras e as coisas. A questão da referência e da verdade era reduzida à relação de correspondência entre representações simbólicas e mundo ou universo discursivo.

Nos últimos anos, a referência vem sendo considerada numa perspectiva sociocognitiva, interacionista que ao invés de privilegiar a relação entre as palavras e as coisas, direciona o foco para a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores. Tal é a posição defendida por Mondada e Dubois (1995), que postulam uma instabilidade das relações entre as palavras e as coisas. Isto é, defende-se que a referência é resultado de um processo dinâmico e, principalmente, intersubjetivo, que se estabelece na interação e discursivização produzida pelos participantes em sua enunciação.

Nesse sentido, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 228) argumentam:

[...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados 'objetos-de-discurso' não preexistem 'naturalmente' à atividade cognitiva

e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos –fundamentalmente culturais– desta atividade.

Dentro dessa concepção, Koch e Marcuschi (1998) defendem que a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não se resume em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação, ou seja, a realidade é construída, mantida e alterada não pela forma como nomeamos o mundo, mas, principalmente, pela forma, como sociocognitivamente, interagimos com ele.

Como observa Mondada (1994), os objetos do mundo aos quais o discurso faz referência são “objetos constitutivamente discursivos”, são gerados na enunciação; ou seja, eles se elaboram numa atividade discursiva, não fazem uma simples remissão lingüística, pois não se trata de uma ação de representação do mundo, mas de uma construção desse mundo por meio do discurso.

Os objetos-de-discurso são elaborados pelos interlocutores, em um processo dinâmico e intersubjetivo, apoiado em práticas discursivas e cognitivas situadas social e culturalmente, bem como em negociações que se estabelecem no campo das relações interacionais.

Defende Apothéloz (2001) que o processo de referenciação não se completa no simples emprego de expressões referenciais, mas vai muito além disso, porque o referente se cria de um conjunto de ações, do modo pelo qual os co-enunciadores ajustam suas ações conversacionais e de maneira pela qual constroem os sentidos em cada evento comunicativo.

Nessa perspectiva, Marcuschi (apud Cavalcante, 2005, p. 125) tece o seguinte comentário:

Tudo indica que o melhor caminho não é analisar como representamos nem como é o mundo ou a língua e sim que processos estão envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida. Não vamos analisar se o mundo está ou não discretizado nem se a língua é um conjunto de etiquetas ou não. Vamos partir da idéia de que o mundo e o nosso discurso são constantemente estabilizados num processo dinâmico levado a efeito por sujeitos sócio-cognitivos e não sujeitos individuais e isolados diante de um mundo pronto.

Dessa forma, em conformidade com Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 265), Koch defende que:

a) a referência diz respeito a operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; por isso, os referentes não são entidades do mundo, mas sim representações construídas pelo discurso, isto é, ‘objetos-de-discurso’.

b) o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Isto é, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, “publicamente” alimentada pelo próprio discurso, sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais.

c) eventuais modificações, quer físicas, quer de qualquer outro tipo, sofridas «mundanamente» ou mesmo predicativamente por um referente, não acarretam necessariamente no discurso uma recategorização lexical, sendo o inverso também verdadeiro:

O enunciador, em função de fatores intra- ou extradiscursivos, pode sempre decidir pela homologação ou não, por meio de suas escolhas lexicais, de uma transformação ou mudança de estado constatada ou predicada. Simetricamente, ele pode também alterar a categorização de um objeto independentemente de toda e qualquer transformação asseverada a respeito deste (Apothéoz e Reichler-Béguelin, 1995, p. 266).

d) o processamento do discurso, sendo realizado por sujeitos ativos, é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas, conforme as necessidades da interação, dentre os múltiplos meios de expressão que a língua oferece.

A referenciação constitui, portanto, uma atividade discursiva em que o sujeito, numa situação de interação verbal, efetua escolhas sobre o dispositivo lingüístico para representar estados de coisas, visando à concretização de sua proposta de sentido. É por isso que referir é uma atividade discursiva sujeita a variações de acordo com os atores sociais, as mudanças de percepção e de contexto. Diante disso é que se defende que o processamento do discurso, visto que executado por sujeitos sociais atuantes, é um processamento estratégico.

O exemplo a seguir, colhido de Sette (1980) e citado por Marcuschi (2001), ilustra os argumentos supracitados. Trata-se de um diálogo entre uma moça de 27 anos (N) que chega ao posto de gasolina com o seu carro e um frentista (F) de 29 anos:

N: quer verificar água da bateria por favor.

F: um momentinho moça (...) está baixa (...) vai pegar uma meia garrafa.

N: quanto é a garrafa?

F: é vinte e cinco (...) o resto você guarda que serve para outra vez.

N: o senhor quer verificar o óleo também? (...)

F: o óleo tá bom (...) tá um bocado sujo mas ainda agüenta uns dias.

N: se tiver muito sujo, melhor mudar logo.

F: olhe aqui (...) está preto já mas ele ainda tem visgo.

N: visgo como?

F: ainda tá grosso assim(...) quando ele tá ralo não presta mais.

N: então deixa (...) na semana que vem eu troco (...) dá uma limpadinha no vidro

por favor.

A moça desconhecia o que era 'visgo'; apesar de reconhecer a estrutura lingüística – “ainda tem visgo” – este saber não foi suficiente para a construção do sentido. Neste caso, a ação interativa solucionou o problema, sendo a base para o processo de referenciação.

O que se percebe é que a construção do sentido se deu a partir da explicação oferecida pelo frentista, o que possibilitou a N integrar ao seu campo discursivo mais um elemento, o que comprova a hipótese de que a referência se constrói na ação interativa. Por esta razão Marcuschi afirma que o uso da língua se dá de modo público, coletivo, coordenado e colaborativo. É, em suma, conforme foi dito, uma ação conjunta, na qual estão envolvidos processos individuais e sociais, que possibilitam construir discursivamente os referentes lingüísticos.

Esta atividade de construção se sujeita a instabilidades que não se justificam somente nas variações individuais de adequação do(s) referente(s) à enunciação, mas também no processo de colaboração interativa na construção dos referentes nas práticas simbólicas e intersubjetivas de linguagem.

4. A referenciação como atividade discursiva

A referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão referência passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de “etiquetar” um mundo existente, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes. Isto não significa negar a existência da realidade extra-mental, nem estabelecer a subjetividade como parâmetro do real, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outras palavras, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

Ou seja, a maneira pela qual categorizamos o mundo e o dizemos no discurso é resultado de um trabalho complexo que envolve percepção, negociação, e várias estratégias complexas para dizer o mundo. Não acontece apenas na mente de quem fala e não é a seleção automática de termos que descreve precisamente uma dada realidade. Os referentes não se apresentam naturalmente no mundo, com nomes-etiquetas afixados a eles. Designá-los e introduzi-los no discurso implica escolhas, tratamentos da realidade e trabalhos com o mundo. Escolhas motivadas e aprovadas na interação. Veja o exemplo que segue:

Margô passou três meses no distrito, numa cela com 32 homens, e ninguém abusou dela. Apesar da sainha agarrada, do bustiê e do silicone nas coxas, o maior respeito. Quando foi transferida para o Carandiru,

conheceu um ladrão e se apaixonou. Um domingo de visita (não para elas, há muito distantes da família), com sangue nos olhos, o ladrão invadiu o barraco:

- Você vai aprender a calar essa filha da puta da tua boca!

E, antes que ela entendesse, acertou-lhe um murro no queixo com tamanha força que Margô, perdeu o equilíbrio, bateu a cabeça no armário (...) Isso porque a mulher do ladrão, mãe dos três filhos dele, na visita, disse que já sabia de tudo e que só voltaria quando ele largasse daquele degenerado! (Varela, D., Estação Carandiru, 2000, p. 213-214)

No exemplo transcrito, são conhecimentos de mundo e informações cotextuais que permitem a construção de uma identidade para Margô. Alguns elementos lingüísticos ajudam nas inferências necessárias para a construção dessa identidade: o uso de pronomes no feminino para se referir à personagem; a referência a silicone, produto usado para a modelagem de um corpo feminino; a menção da transferência para um presídio masculino; e finalmente o uso da expressão *degenerado* que confirma a identidade que vinha sendo construída para Margô, a saber, a de travesti.

O que se nota é que a construção do sentido do texto não lhe é imanente, é necessariamente histórico e socialmente situado. Entende-se, a partir de então, que os sujeitos têm um papel ativo na construção do mundo em linguagem, e isso significa que o conceito não é uma representação determinada pela linguagem, mas uma produção que se realiza frente a uma relação sociointerativa. Os sentidos, portanto, não são fenômenos naturais, são “bens humanos” (Marcuschi, 1999). E os processos referenciais são construções que se desenvolvem a partir da organização das percepções dos sujeitos de linguagem, num contexto situacional e cognitivo.

Assim na construção discursiva dos referentes, os participantes atuam sobre o material lingüístico de que dispõem, fazem escolhas de acordo com a sua proposta de sentido. Em outras palavras, as atividades lingüísticas produtoras de conhecimento são, antes de tudo, situadas. Conforme observa Mondada (1994, p. 34):

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo.

Nesta percepção, Mondada (1994) defende que a linguagem tem como função dar uma definição aos objetos de discurso, que se realizam num momento de interação. Portanto, se não há interlocução, não há produção de sentido(s). Aos sujeitos/interlocutores cabe o papel central nesta relação dialógica que se realiza, segundo Marcuschi (1999, p. 06), numa “arena cognitiva”. No dizer do autor:

(...) a maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva sobre o mundo e de nossa inserção sociocognitiva no mundo, pelo uso de nossa imaginação em atividade de integração conceitual, do que simples fruto de procedimentos formais de categorização lingüística. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo, construtivo e imaginativo, e não de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas.

Importante é considerar que não se deve tratar da relação linguagem e mundo sem pensá-la como ação interativa, criativa, discursiva, o que permite afirmar que a atividade referencial é, antes de tudo, um ação criativa, complexa e fundamental para a construção do sentido e do conhecimento de mundo.

Considerações finais

A partir de todas as observações feitas sobre a construção do referente no discurso, embora se restringindo apenas a constatações teóricas, verifica-se que, neste processo, os referentes não estão “fora” do discurso, ou melhor, não estão na realidade, tal como existe exteriormente. Trata-se de uma realidade a ser construída pelo interlocutor que, nesta construção, depara-se com “efeitos de sentido” que podem ser confirmados ou modificados de acordo com os diferentes contextos. Assim, pensar como o homem produz conhecimento sobre o mundo, a partir da, com e sobre a linguagem, exige que se leve em consideração não só o processo cognitivo, mas também o lingüístico e o social.

Enfim, este trabalho aponta para a ampliação de estudos em que o processo de referenciação textual seja analisado sob uma perspectiva que leve em conta as funções cognitivas, semânticas, pragmáticas e interativas na construção dos sentidos.

NERY, M. A. RODRIGUES. THE PROCESS OF REFERENTIATION IN THE DISCURSIVE ACTIVITY

Abstract: *The goal of this work is to discuss the process of the referentiation, while cognitive-interacional strategy, observing that the referentiation constitutes a discursive activity. We developed some theoretical elements considering that all our linguistic activities are always situated, be of the social, cognitive or historical point of view.*

Key-words: *referentiation; cognition; interaction.*

Referências bibliográficas

APOTHÉLOZ, D. "Référer sans expression référentielle: gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle" In: NÉMETH, Enikö (ed.) **Pragmatics in 2000: selected papers from the 7th International Pragmatics Conference**. Antwerp: International Pragmatics Association, v.2, 2001, pp. 30-8.

APOTHÉLOZ, D. ; REICHLER-BÉGUÉLIN, M-J. "Construction de la référence et stratégies de désignation", In: BERRENDONNER, A. & REICHLER-BÉGUÉLIN, M-J. (ed.). **Du syntagme nominal aux objets de discours**. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, p. 227-271, 1995.

CAVALCANTE, M. M. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A.C. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

CLARK, H. **Using language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I.G.V.; CUNHA-LIMA, M.L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: **Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos**, vol. 3. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (org.). São Paulo: Cortez, p. 251-300, 2005.

KOCH, I.G.V.; MARCUSCHI, L.A. **Processos de referenciação na produção discursiva**, Revista DELTA, 14, p.169-190, 1998. (número especial).

MARCUSCHI, L. A. **Do código para a cognição: o processo referencial como atividade cognitiva**, 2003a. (Mimeografado).

———. **Perplexidades e perspectivas da Lingüística na virada do milênio**. Trabalho apresentado na VI Semana de Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 10-12 de fevereiro, 2003b.

———. Atos de referenciação na interação face a face. In: **Caderno de estudos lingüísticos** 41, Campinas, jul/dez., p. 38-39, 2001.

———. **A questão metodológica na análise da interação verbal: os aspectos quantitativos e qualitativos**. Recife, 1999. (Mimeografado).

MONDADA, L. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir. Approche linguistique de la construction des objets de discours**. Lausanne –

Université de Lausanne, Faculté de Lettres. Thèse pour obtenir le grade de docteus en lettres, 1994.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: **Referenciação**. Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Ciulla (org.). São Paulo, Contexto, 1995.

SALOMÃO, M. M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: **Caderno de Estudos Lingüísticos**, nº. 44, jan./jun., pp. 71-84, Campinas: Unicamp, 2003.

SETTE, N. D. **Formas de tratamento no português coloquial**. 153f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980.